

### O FENÔMENO DE EXCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE O CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFPel

Giovanna Allegretti<sup>1</sup>, Mauro Augusto Burkert Del Pino<sup>2</sup>, Fernanda Arndt Mesenburg<sup>3</sup>

O presente trabalho busca descrever parte de uma pesquisa de Mestrado em desenvolvimento no programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), a qual objetiva analisar o fenômeno de exclusão vivido pelos estudantes do curso de Ciências Sociais da UFPel.

Para este estudo, busca-se descrever brevemente o fenômeno estudado, trazendo o histórico das principais reformulações do curso em termos legais, bem como alguns apontamentos teóricos importantes para a discussão em torno do fenômeno da exclusão no ensino superior.

A experiência vivida pelos estudantes no decorrer da formação inicial, demonstra que as dificuldades extrapolam as questões meramente curriculares e que outros tantos fatores acabam estimulando a desistência do curso, evidenciando a necessidade de investimento na criação e manutenção de políticas de permanência para além das políticas de ingresso ao ensino superior.

Tomaz Tadeu da Silva (2017, p.15) aponta que “o currículo é sempre resultado de uma seleção de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente o currículo”. Como colocam Lopes (2013) e Silva (2017), o currículo não é apenas uma listagem de conteúdos, ele é um processo cultural, que, a partir de saberes escolares, práticas educacionais e interações entre professores e estudantes compõem a vivência escolar em seu todo. Dessa forma, torna-se evidente que, se levadas em consideração apenas as questões curriculares de forma simplista e se os alunos não forem atendidos em outras necessidades que extrapolam o contexto acadêmico curricular, o fenômeno da exclusão tende a acontecer de forma repetida.

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – [contatogallegretti@gmail.com](mailto:contatogallegretti@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas. [mauro.pino1@gmail.com](mailto:mauro.pino1@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Federal de Pelotas – [fernandamesenburg@yahoo.com](mailto:fernandamesenburg@yahoo.com)

# III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

É a luz das teorias curriculares, campo teórico marcado no Brasil pelas elaborações de Tomaz Tadeu da Silva, que coloca-se a reforma curricular vivida pelo curso de Ciências Sociais da UFPel, em sua adequação ao novo perfil de estudantes, proveniente da democratização do acesso à universidade pública, movimento que permite questionar desde a elaboração até a efetividade das políticas. Este movimento permite questionar desde a elaboração à efetiva ação das políticas de ingresso e permanência dos estudantes no curso, mostrando a relevância dos estudos sobre currículo e fracasso escolar, esferas as quais marcam profundamente a passagem dos estudantes pelo ensino superior público.

O impacto causado pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) é um fator marcante na democratização do acesso ao ensino superior. A UFPel aderiu ao REUNI, programa desenvolvido pelo MEC, em 2007. Desde então, são notáveis os avanços, tanto na ampliação da oferta de vagas, quanto na criação de novos cursos de graduação e pós-graduação. É a partir da adesão ao REUNI que a UFPel elaborou a nova regulamentação do ensino de graduação.

Através da Resolução nº 14, de 28 de outubro de 2010 do COCEPE a nova regulamentação do ensino de graduação da UFPel acontece. A resolução coloca como central a participação democrática e seus dispositivos de gestão acadêmica como essenciais para os projetos políticos pedagógicos dos cursos de graduação. Dessa maneira, durante os anos de 2010 a 2016 o curso passa por uma reavaliação interna, que permite embasar a elaboração do novo projeto político pedagógico do curso, o qual entra em vigor a partir de 2016.

Procurando adequar-se ao perfil mais democrático de estudantes, resultante de políticas públicas como o programa REUNI, o curso de Ciências Sociais reformula seu currículo, permitindo alinhar seu projeto político pedagógico às novas diretrizes e características do novo corpo discente. As mudanças curriculares implementadas a partir de 2016 vem para suprir as demandas dessa nova regulamentação do COCEPE, e envolvem uma série de mudanças em relação ao antigo plano político pedagógico do curso. Observam-se adaptações às novas diretrizes curriculares, a reelaboração da estrutura curricular quanto às disciplinas, suas disposições e novos pré-requisitos disciplinares, assim como mudanças quanto a carga horária e distribuição de atividades por eixo de relevância, procurando adequar-se à formação integral do estudante.

Programas organizadores



UNIOESTE  
CAMPUS DE  
CASCAVEL

PPGE  
Programa de  
Pós-Graduação  
em Educação



Mestrado  
em Educação  
UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGE  
Programa de Pós-Graduação  
em Educação

# III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Observamos no Brasil, a partir dos anos 2000, a consolidação da teoria a curricular pós-crítica. Nesta abordagem teórica, o currículo volta-se para a experiência individual, valorizando as narrativas parciais e as discussões sobre minorias. Nessa perspectiva, se faz necessário “questionar a concepção de sujeito – autônomo, racional, centrado, unitário – na qual se baseia todo o empreendimento pedagógico e curricular, denunciando-a como resultado de uma construção histórica muito particular” (SILVA, 2004, p. 124).

É a partir do viés crítico e pós-crítico das teorias curriculares que questiona-se a elaboração curricular efetivada com o novo projeto pedagógico aplicado ao curso de Ciências Sociais em 2016. Evidencia-se que o antigo currículo do curso passou por adaptações com o intuito de respaldar o novo perfil de estudante, originário da democratização do acesso ao ensino superior público. Entretanto, é necessário olhar para além das políticas de ingresso e permanência para enfrentar o persistente fracasso escolar marcante, presente em nosso sistema de educação pública.

“Quero enfatizar que acredito ser necessário reconsiderar e reconstruir a escola como esfera pública democrática, onde os estudantes aprendam as habilidades e os conhecimentos de que precisam para viver e lutar por uma sociedade democrática viável. Dentro dessa perspectiva, a escola deverá ser caracterizada por uma pedagogia que demonstre seu compromisso em levar em conta as concepções e os problemas que afetam profundamente os estudantes em suas vidas diárias. Igualmente importante é a necessidade da escola cultivar um espírito de crítica e um respeito pela dignidade humana que sejam capazes de associar questões pessoais e sociais em torno do projeto pedagógico de ajudar os alunos a se tornarem cidadãos críticos e ativos.” (GIROUX, 1992, p. 102)

Justamente com base nos questionamentos das teorias curriculares críticas e pós-críticas que coloca-se o currículo do atual projeto pedagógico em questão. Se faz necessário olhar, não só para a nova estrutura curricular, mas para todo o novo projeto político pedagógico como um mecanismo capaz de exercer manutenção quanto às desigualdades sociais.

Embora elaborado como uma maneira de equiparar-se ao novo perfil democrático da universidade pública, o fenômeno de exclusão, marcado pelo processo de fracasso escolar desde o ensino básico, ainda se perpetua no ensino superior público. Em parte, pelos ataques às instituições democráticas que marcam a atual política educacional do país, porém, são as políticas de ingresso e permanência tão lesionadas que nos fazem questionar a efetividade das mesmas.

Programas organizadores



UNIOESTE  
CAMPUS DE  
CASCAVEL

PPGE  
Programa de  
Pós-Graduação  
em Educação



Mestrado  
em Educação  
UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGEd  
Programa de Pós-Graduação  
em Educação

# III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Colocando em questão a efetividade das políticas de ingresso e permanência no ensino superior, procura-se elucidar sobre a temática de exclusão a partir das teorias curriculares críticas e das teorias sobre o fracasso escolar, permitindo olhar para o fenômeno de exclusão presente no ensino superior de maneira global, colocando em evidência todo o processo de construção pedagógica presente nas reformulações curriculares, como a que aconteceu no curso de graduação em Ciências Sociais da UFPel.

As reflexões realizadas pelo curso de Ciências Sociais na UFPel alegam que o atual currículo até então estava pautado em uma visão “conteudista”, uma vez que as práticas pedagógicas tradicionais utilizadas até então, têm dificuldade de colocar os estudantes como sujeitos centrais no processo de aprendizagem como pautado pela LDB e pelas diretrizes curriculares nacionais. Foi justamente com base na busca desse “novo perfil educacional, que tivesse capacidade de aprender, de pesquisar, a autonomia, bem como as capacidades relacionais” (VARGAS, 2011, p.14) que a reformulação do projeto político pedagógico foi feita.

Compreende-se por consequência, que o processo de exclusão vivido atualmente nas IES perpassa a interação de múltiplos fatores de natureza social, cultural, familiar e individual, assim como seus aspectos cognitivos, emocionais e motivacionais (MARCHESI, PÉREZ, 2004). Assim, faz-se necessário comparar o poder preditivo da integração acadêmica, social e variáveis pessoais ao calcular os índices de exclusão, visto que apenas 6% da população adulta possuía graduação completa na virada do século XXI (NUNES, 2007). Dessa maneira, é preciso compreender o presente fenômeno por completo para se criar alternativas, e por assim combatê-lo, permitindo aos estudantes a permanência e a conclusão do seu curso superior.

Podemos concluir que a exclusão se caracteriza como um fenômeno multifatorial e, dentro do ensino superior, pode ocorrer em diversos contextos socioeconômicos e culturais. Observa-se também, que a evasão está relacionada, além da condição socioeconômica, a uma gama de outras situações de ordem pessoal, institucional entre outras.

É a partir das presentes reflexões, que a pesquisa de mestrado em questão procura colocar em evidência a necessidade de investir na criação e manutenção de políticas de permanência para além das políticas de ingresso ao ensino superior. O desenvolvimento da referida pesquisa permite que a comunidade acadêmica utilize os presentes questionamentos sobre o PPP do curso

Programas organizadores



UNIOESTE  
CAMPUS DE  
CASCAVEL

PPGE  
Programa de  
Pós-Graduação  
em Educação

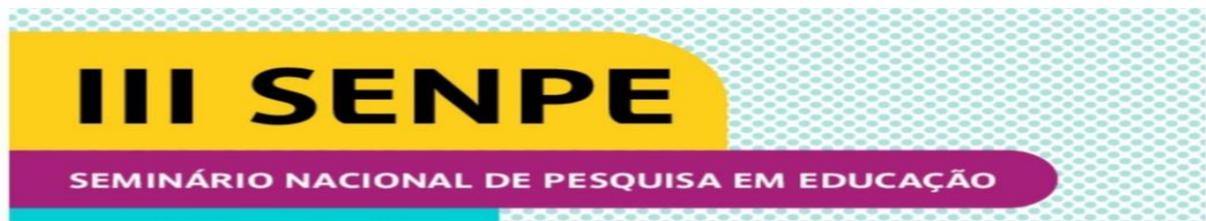


Mestrado  
em Educação  
UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGEd  
Programa de Pós-Graduação  
em Educação



como uma ferramenta que permita, além de criar consciência em relação ao fenômeno de exclusão, construir instrumentos de resistência e combate ao mesmo.

**Palavras-chave:** Exclusão. Projeto Político Pedagógico. Ensino Superior. Teorias Curriculares. Ciências Sociais.

### REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Reuni**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009.

MARCHESI, Álvaro; GIL, Carlos Hernández & Colaboradores. **Fracasso Escolar: uma perspectiva multicultural**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

NUNES, Edson. **Desafio estratégico da política pública: o ensino superior brasileiro**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro. 2007

GIROUX, Henry. **Escola crítica e política cultural**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

LOPES, Alice Casemiro. **Teorias Pós-críticas, Política e currículo**. Educação, sociedade e culturas, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2017.

VARGAS Francisco B. **Avaliação e diagnóstico preliminar curso de ciências sociais (ISP/UFPeI)**. Instituto De Sociologia e Política Curso de Ciências Sociais. Universidade Federal De Pelotas. 2011

Programas organizadores

